

# Luiz Carlos Prestes: um revolucionário na República

José Antonio Segatto\*

Personagem histórico notável, Luiz Carlos Prestes tornou-se um dos mais importantes atores no cenário político brasileiro. Como dirigente revolucionário desempenhou papel marcante no processo político republicano durante largo período (quase setenta anos). Transformado em herói popular, foi aclamado, glorificado e mitificado por correligionários e admiradores; mas por ter se insurgido contra as injustiças e as iniquidades sociais e contestado o poder dominante foi perseguido e reprimido (passou mais da metade de sua vida clandestino, exilado ou preso) — embora despertasse respeito em muitos adversários e até mesmo em ferrenhos inimigos, como por exemplo, do brigadeiro Eduardo Gomes e o general Cordeiro de Farias. Sua biografia confunde-se não só com a história do Brasil do século XX, mas também com a história do Partido Comunista Brasileiro (do qual foi dirigente por décadas) e do movimento comunista internacional.

Tornado herói, foi cultuado durante muito tempo, primeiro como o “Cavaleiro da Esperança” que iria salvar a nação do jugo das oligarquias prepotentes e corruptas e depois como o “grande líder”, que guiaria o povo brasileiro no caminho da libertação e da redenção.

Na segunda metade dos anos vinte, no desdobramento dos levantes tenentistas, Prestes seria, rapidamente, transformado em herói nacional. Filho de Antonio P. Prestes (oficial do Exército, positivista)

e Leocádia F. Prestes (professora primária), nasceu em Porto Alegre em 3/1/1898. Depois de cursar o Colégio e a Escola Militar no Rio de Janeiro, tornou-se engenheiro com a patente de tenente. Tanto na Escola Militar, como nas funções que passou a ter no Exército, conviveu e participou, sobretudo nos anos 1920/24, do clima de insatisfação e conspirativo reinante nos quartéis da capital da República e em outras localidades, que propiciariam a criação de um amplo movimento de contestação ao regime vigente — o movimento tenentista.

O primeiro destes movimentos seria desencadeado a 5 de julho de 1922, no Forte de Copacabana (RJ). Dois anos depois (1924) e também a 5 de julho, novo e mais amplo levante toma São Paulo durante vinte e três dias e espalha-se por outras regiões do país (Mato Grosso, Sergipe, Amazonas, Pará, Rio Grande do Sul). Prestes, que não participou (apesar de presente nas conspirações) do levante de 1922 no Rio de Janeiro, por se encontrar doente, em 1924, servindo no Rio Grande do Sul, comandou com outros oficiais a sublevação em diversos quartéis (Santo Ângelo, São Borja, Alegrete, Cachoeira do Sul). E da junção das tropas rebeladas de São Paulo (“Coluna Paulista”) e do Rio Grande do Sul (“Coluna Gaúcha”), forma-se a Coluna Miguel Costa/Prestes, que durante mais de dois anos percorreu cerca de 25 mil quilôme-

\* Professor do Departamento de Sociologia da FCL/Unesp-Araraquara.

tros, terminando seu périplo em 1927, quando se internou na Bolívia.

Nos desdobramentos destes levantes e, sobretudo, com a grande repercussão dos feitos e das peripécias da “coluna invicta”, o nome de Prestes passa a ter grande ressonância na opinião pública, aparecendo como o lendário Cavaleiro da Esperança, que viria salvar o país dos desmandos das oligarquias. O “tenentismo” passava a se confundir com o “prestismo”.

Em fins de 1927, Prestes estabelece os primeiros contatos com o PCB, através de Astrojildo Pereira que o procura na Bolívia com vistas a um possível concerto. A aliança, porém, não se efetivaria, pelo menos de imediato. Em 1929, Prestes volta a ser procurado, agora em Buenos Aires, por membros da delegação brasileira (Paulo Lacerda e Leôncio Basbaum) presente na I Conferência Latino-Americana dos Partidos Comunistas, para ser candidato à presidência da República por uma frente única integrada pelo PCB e pelos “tenentes”; mas, do novo encontro também não resultou em aliança dos tenentes que seguiam Prestes com os comunistas, pois o programa de ambos conflitava. Fora algumas dificuldades de entendimento entre o PCB e os “tenentes”, desses encontros resultou a aproximação de Prestes com concepções marxistas e no estreitamento de laços do comandante com o secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista.

Neste momento, no Brasil, forças políticas dissidentes do regime começam a articular com lideranças civis e do “tenentismo” a formação da Aliança Liberal para o lançamento de uma candidatura oposicionista nas eleições de 1930. Getúlio Vargas, candidato alian-

cista, encontra-se com Prestes por duas vezes (setembro de 1929 e janeiro de 1930) em Porto Alegre tentando convencê-lo a apoiar a Aliança Liberal. Diante das desconfianças mútuas e da animosidade de Prestes, o apoio é negado. E logo após a derrota eleitoral em março de 1930, os aliancistas iniciam os preparativos de um movimento político-militar para a conquista do poder. Prestes é novamente procurado e convidado a assumir o comando militar do movimento que teria Getúlio Vargas como chefe civil. A resposta de Prestes é tornada pública através de um manifesto em maio, onde diz: “A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal”. Afirma que a revolução teria que ser “agrária e antiimperialista” e “só poderá ser levada a efeito pela verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores”, constituindo “um governo baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros...”.

O posicionamento de Prestes contra a participação no movimento político-militar dirigido pela Aliança Liberal provoca uma fratura nas hostes “tenentistas”. A maioria de seus companheiros de coluna (Juarez Távora, Siqueira Campos, Miguel Costa, João Alberto e muitos outros) já haviam se comprometido com o movimento e participavam ativamente das conspirações e articulações para a derrubada do governo. Isolando-se dos seus comandados, restam no exílio alguns adeptos, militares e intelectuais, com quem cria em julho a Liga de Ação Revolucionária — LAR, organização de vida curta e de pequena ressonância política.

As atitudes de Prestes causam indisposição não só nos “tenentes”, como também na direção do PCB que acusa-o de

querer substituir o proletariado pela pequena-burguesia na direção da luta pela revolução agrária e antiimperialista, considerando a fundação da LAR uma “tentativa de criação de um outro partido confusionista” e Prestes como um adversário perigoso devido a sua popularidade. Embora com posições divergentes, tanto Prestes como o PCB omitem-se de participar do movimento político-militar de outubro de 1930. Para ambos, era um “movimento contra o povo” para “evitar a rebelião das massas”.

Em março de 1931, Prestes lança carta aberta repudiando o “prestismo”, reconhecendo o PCB como dirigente do proletariado. Meses depois (outubro) divulga manifesto autocrítico, reafirmando a liderança do PCB na revolução brasileira e parte para a União Soviética. A transferência de Prestes para Moscou visava não só torná-lo um quadro dirigente do *Komintern* mas, sobretudo, preparar a revolução no Brasil com o apoio logístico e político da I.C.

Dadas as resistências internas à aceitação de Prestes nas fileiras do PCB, seu ingresso será imposto por cima. A *Classe Operária*, de agosto de 1934, noticia que Prestes, já participando de organismos da I.C. na União Soviética, fazia parte da direção do PCB. O ingresso de Prestes no PCB não foi um ato isolado. Nestes anos, o PCB incorporará em suas fileiras muitos militares e ex-militares da “esquerda tenentista”, que ascendem rapidamente aos cargos de direção — Miranda, elemento de confiança de Prestes, torna-se secretário-geral do PCB em 1934.

A incorporação desses militares, muitos deles egressos do tenentismo, reforçou no interior do PCB as concepções golpistas e insurrecionais. A revolução deveria ser desencadeada pelos quartéis,

caminho mais fácil e rápido. Por outro lado, o encontro destes militares com o PCB é facilitado por diversos fatores: além da concepção de revolução como um assalto armado do Estado, ambos tinham raízes na tradição de um certo tipo de jacobinismo republicano e no positivismo — não é demais chamar a atenção para o fato de que o marxismo-leninismo da I.C. e do PCB estava impregnado de positivismo.

Há que se reconhecer, no entanto, que apesar de todos os problemas — políticos, organizacionais, ideológicos — que a incorporação destes militares causaram, ela colaborou efetivamente para tirar o PCB de um certo isolamento político e torná-lo um partido influente na vida política nacional. Isto se refletiria no papel que o PCB desempenhou em 1935, na organização da Aliança Nacional Libertadora. A ANL, que tem Prestes como seu presidente de honra, em poucos meses tornou-se um amplo movimento de massas, antifascista e antiimperialista, mas que logo é posto na ilegalidade por “atividade subversiva da ordem política e social”. O pretexto para a ilegalização da ANL foi a leitura, por Carlos Lacerda, em 5 de julho, de um manifesto de Prestes, onde afirma: “Marchamos (...) rapidamente, à implantação de um governo popular revolucionário, em todo o Brasil (...) A idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas. Cabe aos seus chefes organizá-las e dirigi-las”. Ou seja, a proposta era a derrubada do governo Vargas, através do “assalto” ao Estado e a “entrega de todo o poder à ANL”.

A seguir (novembro) a ANL, reduzida praticamente ao PCB e aos militares prestistas, parte para o aventureirismo golpista por meio de uma quartelada fra-

cassada. Na verdade, a insurreição já vinha sendo preparada há tempos (desde o deslocamento de Prestes para a União Soviética e avalizada, em outubro de 1934, na III Conferência Comunista da América Latina promovida pela I.C. em Moscou) e acelera-se com o retorno clandestino de Prestes ao Brasil, assessorado por quadros de confiança da I.C., para organizar e desencadear o movimento político-militar. Nos anos posteriores, o PCB e a oposição de uma forma geral sofrerão dura perseguição e violenta repressão; o PCB é praticamente desestruturado — Prestes, preso em 1936, amargaria nove anos nos cárceres da ditadura estadonovista e sua companheira, Olga Benário, seria entregue pelo governo brasileiro aos nazistas que a assassinariam.

Em 1945, o PCB, no bojo do processo de redemocratização, conquista a legalidade e transforma-se num grande partido de massas. Passa a ter um porcentual eleitoral significativo, cria uma imprensa com diversos jornais diários e revistas periódicas, insere-se nas grandes empresas e no proletariado urbano, conquista a simpatia de extensos setores das camadas médias e da intelectualidade. O mote de sua direção será “um grande partido para um grande líder”. Ou seja, não um grande partido como instrumento organizado dos trabalhadores para transformar a sociedade, mas um grande partido para o grande líder Luis Carlos Prestes.

Prestes, anistiado, sai da cadeia como mártir da ditadura e no auge de sua popularidade. Adota uma postura flexível e generosa, mesmo com relação aos adversários e inimigos. Glorificado e ovacionado em grandes comícios, elege-se senador com grande votação e dará o tom da política do PCB: “união nacional,

dentro da lei e da ordem, para a consolidação democrática” assentada num “regime republicano, progressista e popular”. Ou ainda: “Estamos convencidos de que dentro de um parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas”.

O período de legalidade foi, no entanto, curto. Os reflexos da guerra fria e as pressões da classe dominante colocam o PCB na ilegalidade (maio de 1947). Prestes, cassado junto com os demais parlamentares comunistas (janeiro de 1948), cai na clandestinidade quase que absoluta e fica quase nove anos sem frequentar as reuniões do comitê central.

Jogado na clandestinidade e tendo seus jornais e sedes fechados, seus líderes sindicais e estudantis afastados pelas intervenções, seus parlamentares cassados, seus militantes perseguidos ferozmente, o PCB começa a perceber seus espaços diminuir bruscamente. Nos anos seguintes, isola-se e adota uma política dogmática e sectária, acabando por perder grande parte de sua influência política. Até meados da década de cinquenta terá uma vida difícil e problemática, com uma concepção e práticas políticas intransigentes. Sua autocrítica da política de “união nacional” resulta na substituição da luta democrática pelo apelo insurrecional, através da criação de “um exército de libertação nacional”. Esta política ganharia forma no *Manifesto de agosto de 1950*, do qual Prestes foi um de seus principais formuladores. Não por acaso o manifesto é assinado por Prestes e não pelo PCB e divulgado com o título, “Prestes dirige-se ao povo” (*Fundamentos*, n. 17, jan. de 1951). Esta po-

lítica seria reafirmada no IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954.

Esta política, inviabilizada pela realidade, começaria a ser modificada diante dos acontecimentos da conjuntura (suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 e a tentativa golpista de novembro de 1955, além de outros fatos). Já em 1954, logo após a morte de Vargas, Prestes sai a público, propondo a aliança dos comunistas com os trabalhistas em defesa das liberdades democráticas contra o golpismo; em 1955 apoia as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência e vice-presidência da República.

Nos anos 1956/57, o PCB enfrentou uma crise político-ideológica grave, fruto dos reflexos do XX Congresso do PCUS, dos seus problemas internos e também das alterações econômicas e políticas na situação nacional. Neste quadro, suas análises e formulações políticas foram problematizadas e sua coesa e solidificada doutrina fraturada, ainda que parcialmente. Em função disso, o PCB, ao rever e repensar suas concepções e programas, passou por significativas mudanças e começou a elaborar uma política diversa daquela que o orientava nos anos imediatamente anteriores. Este processo de renovação foi, em boa parte, possível pelo fato de ser avalizado pelo prestígio de Prestes que voltara à vida legal assumindo uma postura de combate ao sectarismo, ao dogmatismo e ao golpismo presentes no seio do PCB. Dois anos depois, quando da realização do V Congresso, Prestes voltaria a ter importante papel como mediador das divergências e para garantir certos elementos de renovação na política do PCB.

Após o golpe de 1964 e durante a realização do VI Congresso (1967), quando

o PCB enfrenta uma acirrada luta interna, Prestes desempenhou importante papel como mediador na garantia de elementos da política renovadora e na aprovação de uma linha calcada na política de frente democrática. Enquanto vários grupos acreditavam que a ditadura só podia ser derrotada pela luta armada (focos guerrilheiros, guerra popular e outras formas de ação insurrecional), o PCB dirigido por Prestes elaborou e colocou em prática a proposta de organização de uma ampla frente de todos os que se opunham ao regime e que tinham interesses na conquista de liberdades democráticas. Prestes seria claro em suas convicções: "Não será somente com atos de repercussão, sem a participação das massas, que se vencerá a ditadura. Não é fazendo barulho apenas que conseguiremos derrotá-la. Para tanto não bastam nem o dinheiro dos bancos, nem as armas arrancadas dos quartéis ou tomadas aos soldados e policiais, nem a libertação de presos e condenados políticos. Com ações desse tipo, tornam inútil a organização dos trabalhadores, tiram aos operários a vontade de unir-se, de agir de maneira autônoma, desde que dispõem de heróis que podem agir por eles" (*A Voz Operária*, abril de 1969).

O processo de renovação, iniciado em 1958, pelo PCB e capitaneado por Prestes, será parcial e baseado na conciliação com as velhas concepções e métodos. Prestes, inclusive, desempenhou bem o papel de mediador na acomodação das divergências e na administração das crises e lutas internas. Nos meses imediatamente anteriores ao golpe de 64, Prestes conciliaria e até incentivaria as posturas e concepções golpistas vivificadas no interior do PCB.

No começo da década de setenta (1971) Prestes é deslocado, por motivos

de segurança, para a União Soviética. E nos anos seguintes, até 1975, o que restou da direção do PCB — os que não foram presos ou mortos — também são forçados a sair do país, diante do cerco repressivo. No exterior divergências latentes no comitê central começaram a aflorar e se acirram. Em 1979, beneficiados pela anistia, os dirigentes comunistas voltam do exílio trazendo consigo suas dissensões — e elas partiam agora de seu próprio secretário-geral, que passa ao conflito aberto e público com a maioria do Comitê Central.

Prestes, em março de 1980, num documento intitulado *Carta aos comunistas*, faz duros ataques à direção do PCB e propõe a mudança da linha política. O comitê central responde às críticas de Prestes e reafirma a linha política do VI Congresso, argumentando que a política de frente democrática continuava válida como alternativa para derrotar o regime ditatorial. Na mesma reunião, face às recusas de Prestes em não comparecer às sessões do C.C. para participar de seus trabalhos e discutir as divergências, foi feita a substituição de Prestes por Giocondo Dias na secretaria-geral do PCB. (*Voz da Unidade*, 22 a 28/5/1980).

As divergências, que acabaram sendo resumidas na luta política entre Prestes e o C.C., não se esgotavam na tática (frente democrática x frente popular) a ser se-

guida ou não pelos comunistas, mas envolviam concepções diversas sobre a organização do PCB e a luta pelo controle do “aparelho” partidário, sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sobre o caráter da revolução e do socialismo, sobre a democracia, etc.

Prestes, muito provavelmente, influenciado por sociólogos e economistas soviéticos que, durante a década de 70, concluíram que na América Latina a introdução do capitalismo monopolista de Estado requeria necessariamente regimes de caráter ditatorial ou fascistas e era incompatível com a democracia, passou a contestar a política do PCB, baseada na centralidade democrática.

Depois de romper com o PCB, Prestes nos anos oitenta tentou uma aproximação com o PT, mas acabou sendo rejeitado. A seguir ligou-se ao PDT de Leonel Brizola, sendo inclusive eleito seu presidente de honra. E, por ironia da história, terminou seus dias intimamente vinculado àquele que se tornou o herdeiro direto do getulismo, com quem Prestes tanto se debateu e combateu no passado.

Luis Carlos Prestes faleceu em 1990 — a morte do velho herói republicano e comunista, coincide justamente com a morte do velho socialismo real e com o fim da era do velho Partido Comunista, do qual por tantos anos foi seu dirigente máximo e grande líder.

SEGATO, José Antônio. Luiz Carlos Prestes: um revolucionário na República. (Nota em homenagem a Luiz Carlos Prestes). *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.168-173.

**Palavras-chave:** Homenagem; Luiz Carlos Prestes.